

**ATA DA 296ª REUNIÃO ORDINÁRIA
DO CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE**

- 1 **LOCAL:** Sala de Reuniões do CES, Conselheiro Osvaldo de Oliveira Maciel, Rua Esteves Júnior, 160 -
2 8º Andar – Centro – Florianópolis/SC.
- 3 **DATA:** 06/05/2026
- 4 **HORÁRIO:** 14h
- 5 **PRESENTES:**
- 6 **CONSELHEIROS TITULARES**
- 7 Agostinho Luiz Schiochetti (Ass. de Aposentados e da Terceira Idade)
- 8 Alexandre Cunha dos Santos (Ass. Port. Patologia e/ou Deficiência)
- 9 Aline Aparecida Maier (Trabalhadores Rurais)
- 10 Braz Vieira (FEHOESC)
- 11 Ernani Lange S. Thiago (Associações Prof. Área da Saúde)
- 12 Fábio Gaudenzi de Faria (SES/SC)
- 13 Fausto Izar Barbosa (Mov. LGBTQIAPN+ e de População de Rua)
- 14 Gilberto Antônio Scussito (Associação de Moradores)
- 15 Gisele Kraieski Knabben (Ass. Patronais Com. e Serv., Indústria e Agricult.)
- 16 Helen Bunn Schmitt (Associações Prof. Área da Saúde)
- 17 Manoela Vieira de Bona Schlickmann (SES/SC)
- 18 Maria Aparecida Marcelino (Organizações Regionais)
- 19 Maria Conceição dos Santos (Ass. Port. Patologia e/ou Deficiência)
- 20 Maria Izabel Giroto (Trabalhadores Urbanos)
- 21 Marino Tessari (Conselhos Reg. Área da Saúde)
- 22 Maury José da Luz Maciel (Associações Prof. Área da Saúde)
- 23 Miqueias Manoel da Silva
- 24 Sebastião Ferreira Nunes (Trabalhadores Urbanos)
- 25 Sendi Locks Lopes (Ass. Patronais Comércio e Serv., Indústria e Agricult.)
- 26 Vânio Cardoso Lisboa (Sindicatos Profissionais Área da Saúde)
- 27 Vinícius André Boff (Sindicatos Profissionais Área da Saúde)
- 28 **CONSELHEIROS SUPLENTEs**
- 29 Janaína Henrique (Conselho Regional Área da Saúde)
- 30 Letícia Borges de Assis (Ass. Port. Patologia e/ou Deficiência)
- 31 Vânia Maria Machado (Sindicatos Profissionais Área da Saúde)
- 32 **OUTROS PARTICIPANTES/CONVIDADOS/OBSERVADORES:**
- 33 Rosana Anita Francisco Marcelino
- 34 Maria Cláudia Cabral
- 35 Cléia A. C. Giosole (CMC Joinville)
- 36 **DESENVOLVIMENTO DOS TRABALHOS**

37 Aos 6 de maio de 2026, às 14h16min, realizou-se a 296ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual de
38 Saúde (CES/SES-SC), sob a presidência de Maria Izabel Giroto, com a presença dos conselheiros
39 mencionados. A Presidente cumprimentou os presentes e passou a palavra ao Secretário Executivo,
40 José Carlos da Cruz, que procedeu ao relato dos documentos recebidos. Inicialmente, comunicou o
41 recebimento de e-mail do Conselho de Secretarias Municipais de Saúde de Santa Catarina
42 (COSEMS/SC), encaminhando o Ofício nº 078/2026, por meio do qual foram indicados para compor o
43 CES/SES-SC os representantes Miqueias Manoel da Silva, na condição de titular, e André Gustavo de
44 Andrade Fagundes, na condição de suplente. Na sequência, informou que o Conselho Nacional de
45 Saúde (CNS) e o Ministério da Saúde (MS) estão promovendo Encontros Estaduais de Saúde como
46 etapa preparatória para a 10ª Conferência Nacional de Saúde, e que foram selecionados 12 estados
47 com base em critério populacional, sem que Santa Catarina tenha sido contemplada. Destacou que o
48 CES/SES-SC, por intermédio do Secretário Executivo, manifestou discordância em relação ao critério
49 adotado, argumentando que o Estado possui população superior à de alguns dos estados selecionados,
50 sem, contudo, obter resposta ao questionamento apresentado. Relatou, ainda, que, em contato com
51 Ronald Ferreira dos Santos, organizador do 17º Farmápolis Brasil 2026, surgiu a possibilidade de
52 realização conjunta do Encontro Estadual de Saúde com o referido evento, com data prevista para 18
53 de junho de 2026. O CNS, contudo, manifestou-se contrariamente à proposta, argumentando tratar-se
54 de atividades distintas, e informou que o CES/SES-SC teria até o dia 15 de junho de 2026 para realizar
55 o Encontro. Diante do exposto, o Secretário Executivo esclareceu que caberia ao Pleno deliberar sobre
56 a realização ou não do referido Encontro Estadual de Saúde. Prosseguindo, comunicou o recebimento
57 do Ofício nº 396/2026/GAB/COREN-SC, por meio do qual o Conselho Regional de Enfermagem de
58 Santa Catarina convidou o CES/SES-SC para a Solenidade de Abertura da Semana da Enfermagem
59 2026, a realizar-se no dia 13 de maio de 2026, às 18h30min, no Auditório Antonieta de Barros, da
60 Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (ALESC), em Florianópolis. Informou, ainda, o
61 recebimento de documento da Comissão Organizadora do 17º Farmápolis Brasil 2026, convidando o
62 CES/SES-SC para participar do encontro científico, político e cultural da área farmacêutica, a ser
63 realizado de 18 a 20 de junho de 2026, em Florianópolis/SC. A organização disponibilizou 4 (quatro)
64 inscrições gratuitas para conselheiros, com o objetivo de assegurar a participação de representantes
65 qualificados nas discussões que subsidiarão as diretrizes da 18ª Conferência Nacional de Saúde. Não
66 havendo outros documentos a serem apresentados, o Secretário Executivo devolveu a palavra à
67 Presidente, que colocou em apreciação a ata da reunião anterior, a qual foi aprovada por unanimidade.

68 **ITEM I – Relatório Anual de Gestão/2025**

69 A Gerente de Planejamento em Saúde, Manoela Vieira de Bona, apresentou o Relatório Anual de Gestão (RAG)
70 de 2025, destacando sua relevância como instrumento estratégico de gestão elaborado anualmente. O
71 documento permite ao gestor demonstrar os resultados alcançados na execução da Programação Anual de
72 Saúde (PAS) e subsidiar eventuais redirecionamentos do Plano Estadual de Saúde. A Gerente informou que o
73 Relatório contempla as diretrizes, os objetivos e os indicadores do Plano de Saúde; as metas previstas e
74 executadas na PAS; a análise da execução orçamentária; e as recomendações pertinentes, incluindo possíveis
75 ajustes no Plano de Saúde. O Conselheiro Gilberto Antônio Scussito agradeceu a apresentação realizada pela
76 Gerente Manoela Vieira de Bona e destacou a importância de que a elaboração do Plano Estadual de Saúde se
77 pautasse pela escuta das demandas consolidadas nas Conferências de Saúde, tanto nas etapas macrorregionais

78 quanto na etapa estadual. Ressaltou que a saúde pública e o controle social se fortalecem quando há diálogo
79 permanente entre a gestão e o Conselho, e quando esta se mostra efetivamente receptiva às contribuições
80 advindas do controle social. Enfatizou, ainda, a necessidade de atenção especial aos indicadores que não
81 alcançaram os resultados esperados ou que apresentaram entraves em sua execução, citando como exemplos
82 o custeio de vagas para acolhimento psicossocial em comunidades terapêuticas e o cofinanciamento estadual
83 para os Serviços Residenciais Terapêuticos (SRT) Tipo II. A Conselheira Helen Bunn Schmitt parabenizou a
84 Gerente Manoela Vieira de Bona, a equipe da Gerência de Planejamento em Saúde (GPLAN) e a Secretaria de
85 Estado da Saúde pelo trabalho realizado na área de planejamento. Em seguida, chamou a atenção, igualmente,
86 para os indicadores que não atingiram as metas ou que tiveram dificuldades de execução, destacando que
87 essas lacunas afetam pontos essenciais para garantir a saúde como direito de todos e dever do Estado. Diante
88 disso, afirmou que algumas tecnologias leves e leve-duras precisarão ser priorizadas em 2026, cabendo ao
89 Conselho Estadual de Saúde e à Secretaria de Estado da Saúde trabalhar conjuntamente no fortalecimento dos
90 indicadores que não avançaram ou que tiveram resultado abaixo do esperado. Como exemplos, citou: o
91 percentual de alunos da Escola de Saúde Pública atendidos de forma individualizada; o número de Centrais de
92 Amostras implantadas nas macrorregiões; e a ampliação das teleconsultas, que não avançou mesmo com
93 recursos já destinados. Reforçou que essas tecnologias são fundamentais para melhorar o cuidado oferecido à
94 população catarinense. Na mesma linha, apontou que a Educação Permanente em Saúde, entendida como
95 tecnologia leve, não teve resultados expressivos em 2025, questionou como seria possível fortalecer essa ação
96 durante 2026. Ainda sobre os desafios, explicou que, na mortalidade infantil, a redução de índices de dois dígitos
97 para um dígito é relativamente mais simples, pois depende de ações sociais amplas; contudo, avançar dentro da
98 faixa de um dígito exige um trabalho cada vez mais detalhado, qualificado e adaptado à realidade de cada
99 região. Nesse contexto, destacou que Santa Catarina já se encontra nessa fase mais complexa e precisa
100 aprimorar continuamente as estratégias para evitar mortes de bebês que poderiam ser prevenidas. Ao concluir
101 sua fala, a Conselheira Helen Bunn Schmitt considerou o Relatório Anual de Gestão 2025 um documento
102 completo e confiável, que não apenas registra o que foi realizado no exercício, mas também aponta caminhos
103 concretos para a melhoria das ações em 2026 e nos anos seguintes. O Conselheiro Sebastião Ferreira Nunes
104 elogiou a apresentação da Gerente Manoela Vieira de Bona e manifestou preocupação com os pontos
105 levantados pelos Conselheiros Gilberto Antônio Scussito e Helen Bunn Schmitt. Sobre a aquisição de veículos
106 para a Secretaria de Estado da Saúde, reconheceu os avanços na renovação da frota da Vigilância em Saúde,
107 mas reforçou que as melhorias nas unidades regionais precisam continuar. Em relação à contratação de leitos,
108 internações e serviços de urgência e emergência, destacou a importância de ampliar os investimentos para
109 fortalecer a capacidade de atendimento do Estado. O Conselheiro Braz Vieira relatou que concentrou sua análise
110 nos dados orçamentários apresentados. Destacou a dotação orçamentária de R\$ 9.322.504.884,55 e a
111 aplicação de 16,22% da receita de impostos e transferências constitucionais e legais em ações e serviços
112 públicos de saúde, percentual acima do mínimo constitucional exigido. Observou que a apresentação do
113 Relatório atende às exigências legais. Contudo, sugeriu que a Gerência de Planejamento em Saúde passe a
114 incluir, nas próximas exposições, informações comparativas das principais subações orçamentárias, o que
115 permitiria aos conselheiros uma análise mais aprofundada da evolução dos investimentos e dos resultados
116 alcançados. Como exemplo, citou a importância de comparar a quantidade de Autorizações de Internação
117 Hospitalar (AIHs) produzidas em 2025 com as registradas em 2024. O Conselheiro Maury José da Luz Maciel
118 reconheceu a qualidade da apresentação e registrou não ter identificado informações detalhadas sobre a área de

119 odontologia. Solicitou esclarecimentos sobre a aplicação dos recursos destinados ao cofinanciamento dos
120 Centros de Especialidades Odontológicas e das próteses dentárias produzidas nos Laboratórios Regionais de
121 Prótese Dentária, e reforçou a importância de uma apresentação específica sobre os investimentos realizados na
122 área. A Gerente Manoela Vieira de Bona explicou que compete à GPLAN apresentar e detalhar os dados
123 financeiros e orçamentários constantes do Relatório, enquanto os esclarecimentos técnicos acerca da execução
124 das ações e da aplicação dos recursos cabem às respectivas áreas técnicas. Informou que, diante dos
125 questionamentos apresentados, poderá ser avaliada a participação das áreas técnicas competentes em reuniões
126 do Pleno ou da Comissão de Orçamento para prestar os esclarecimentos necessários. Acrescentou, que,
127 durante o processo de monitoramento e avaliação dos indicadores, as áreas técnicas analisam as causas que
128 contribuíram para o não alcance das metas, subsidiando o planejamento das ações e estratégias para os
129 exercícios subsequentes. Quanto à sugestão de apresentação de informações comparativas no Relatório Anual
130 de Gestão, informou que a proposta é viável, uma vez que o documento é apresentado exclusivamente ao
131 Conselho Estadual de Saúde, podendo os critérios ser definidos em conjunto com a Comissão de Orçamento.
132 Ressaltou, contudo, que os demais relatórios seguem o padrão de apresentação adotado pela Assembleia
133 Legislativa do Estado de Santa Catarina. Sobre os questionamentos relativos à odontologia, reiterou a
134 necessidade de participação da área técnica responsável para os devidos esclarecimentos, cabendo à GPLAN
135 apresentar o detalhamento orçamentário das respectivas subações. O Conselheiro Maury sugeriu que o tema
136 fosse incluído na pauta da Comissão de Saúde Bucal. A Conselheira Sendi Locks Lopes questionou os motivos
137 pelos quais o Indicador 13.6, referente às Internações por Condições Sensíveis à Atenção Primária, ainda não se
138 encontrava disponível, estando prevista sua divulgação apenas para o semestre seguinte. Destacou a relevância
139 do indicador e solicitou esclarecimentos acerca da demora na disponibilização dos dados, bem como
140 informações sobre a situação atual do monitoramento. A Conselheira Vânia Maria Machado observou que o
141 Relatório apresenta informações amplas e questionou a possibilidade de maior detalhamento dos recursos
142 destinados ao pagamento de pessoal. Relatou, ainda, ter recebido informações sobre a realização de processo
143 seletivo para o cargo de psicólogo, enquanto o último concurso público contemplou apenas cadastro de reserva
144 para esse cargo, solicitou esclarecimentos. A Gerente da GPLAN esclareceu que é necessário especificar
145 previamente quais informações se pretende detalhar (seja em relação aos profissionais da saúde, vínculos
146 funcionais, processos seletivos, admissões temporárias ou servidores efetivos) a fim de avaliar a viabilidade de
147 inclusão desses dados nas apresentações. Ressaltou, entretanto, que questões relacionadas à realização de
148 concursos públicos e processos seletivos não são de competência da GPLAN. Encerradas as manifestações, a
149 Presidente Maria Izabel Giroto submeteu o Relatório Anual de Gestão 2025 à apreciação do Plenário, que o
150 aprovou por unanimidade. Na mesma ocasião, deliberou-se pelo encaminhamento do documento à Comissão
151 de Orçamento e Finanças, para análise e devolutiva dos pontos que demandam maior aprofundamento.

152 **ITEM 2 – Apresentação do Centro de Informações Estratégicas para a Gestão do Sistema Único** 153 **de Saúde de Santa Catarina – CIEGES/SC**

154 A servidora Juliana Genovez Muniz realizou a apresentação sobre o Centro de Informações
155 Estratégicas para a Gestão do Sistema Único de Saúde de Santa Catarina (CIEGES/SC). Informou que
156 a iniciativa surgiu a partir das demandas evidenciadas durante a pandemia de COVID-19, período que
157 reforçou a necessidade de ampliar a transparência das informações em saúde e disponibilizar análises
158 precisas, atualizadas e aplicáveis para subsidiar gestores e profissionais da área na tomada de
159 decisões eficazes no âmbito da saúde pública. Esclareceu que o CIEGES/SC foi instituído por meio da

160 Portaria SES/SC nº 710, de 1º de agosto de 2023, constituindo-se como um ambiente de inteligência e
161 gestão em saúde, com capacidade para estruturar, organizar e disseminar informações estratégicas
162 voltadas ao fortalecimento do processo de tomada de decisão no Sistema Único de Saúde (SUS)
163 catarinense. Destacou, ainda, que o Centro tem como finalidade disponibilizar informações em saúde de
164 forma acessível à população, promovendo maior transparência das ações e indicadores do setor. Por
165 fim, ressaltou que o CIEGES/SC utiliza ferramentas de integração e visualização de dados, pautadas
166 nos princípios da excelência, da inovação e da ética, visando qualificar a gestão do SUS em Santa
167 Catarina, apoiar o planejamento e a avaliação das políticas públicas de saúde e contribuir para decisões
168 fundamentadas em evidências. O servidor Ulisses Fonseca colaborou com a apresentação, realizando
169 uma demonstração prática do portal eletrônico do CIEGES/SC. Na oportunidade, expôs as principais
170 funcionalidades da plataforma e exemplificou a utilização dos painéis de monitoramento e análise de
171 dados desenvolvidos pelo Centro, destacando como essas ferramentas possibilitam a integração, a
172 visualização e o acompanhamento de informações estratégicas em saúde, bem como o acesso ágil a
173 indicadores e dados relevantes para subsidiar o planejamento, a gestão e a tomada de decisões no
174 âmbito do SUS em Santa Catarina. O Conselheiro Fábio Gaudenzi de Faria ressaltou a relevância
175 estratégica do CIEGES/SC para toda a SES, enfatizando seu papel no apoio à Superintendência de
176 Vigilância em Saúde, setor com expressivo volume de dados que se beneficia diretamente do suporte
177 para organizar e apresentar informações com eficiência, transparência e clareza. Pontuou tratar-se de
178 uma construção coletiva, que exige formular perguntas adequadas, consolidar dados e estruturar fluxos
179 de informação para acesso rápido e eficiente por meio de painéis. Mencionou que o Conselho Nacional
180 de Secretários de Saúde (CONASS) tem incentivado a criação de CIEGES municipais, sinalizando a
181 expansão da iniciativa para os municípios. O Conselheiro Sebastião Ferreira Nunes solicitou
182 informações sobre as capacitações programadas pelo CIEGES e pontuou a importância de os dados
183 relativos à saúde do trabalhador serem incorporados aos painéis do Centro, tendo em vista a relevância
184 do tema para a saúde dos catarinenses. O Conselheiro Gilberto Antônio Scussito salientou a relevância
185 de que os dados produzidos nas conferências temáticas e nas conferências estaduais de saúde, bem
186 como outros dados estratégicos do Conselho Estadual de Saúde, sejam reunidos e sistematizados pelo
187 CIEGES, com o objetivo de transformá-los em painéis de fácil acesso e visualização, garantindo que os
188 resultados das deliberações e os dados de interesse do controle social estejam disponíveis de forma
189 clara, transparente e útil para subsidiar a tomada de decisão e o acompanhamento das políticas
190 públicas de saúde. Sugeriu, ainda, que essas ações, se possível, sejam estendidas aos conselhos
191 municipais de saúde, possibilitando que os dados das conferências municipais também integrem os
192 painéis do CIEGES e fortaleçam o controle social em âmbito local. A servidora Juliana Genovez Muniz
193 esclareceu que as formações ofertadas pelo CIEGES são realizadas em parceria com a Escola de
194 Saúde Pública de Santa Catarina (ESPSC) e reafirmou que o Centro está à disposição do Conselho
195 Estadual de Saúde para o desenvolvimento de trabalhos conjuntos. Em relação aos dados de saúde do
196 trabalhador, informou que esses dados possivelmente já estão contemplados em algum dos painéis da
197 Vigilância em Saúde, comprometendo-se a verificar e confirmar a informação com a área técnica.
198 Prontificou-se a retornar ao Conselho em oportunidade futura, a fim de apresentar os painéis já
199 desenvolvidos pelo Centro, e assumiu o compromisso de levar ao CIEGES a proposta de trabalho junto
200 aos conselhos municipais de saúde (público externo à SES que, inicialmente, não havia sido

201 contemplado no escopo do Centro) para que seja avaliada a possibilidade de atendimento. O
202 Conselheiro Alexandre Cunha dos Santos reconheceu o trabalho do CIEGES e destacou a importância
203 dos painéis para o Grupo de Atenção às Pessoas Vivendo com HIV/AIDS (GAP). Ressaltou que a
204 ferramenta possibilita o monitoramento mais eficiente dos dados de HIV/AIDS, infecções sexualmente
205 transmissíveis e hepatites virais, viabilizando ações mais direcionadas e eficazes no enfrentamento
206 dessas condições. Em resposta, a servidora Juliana Genovez Muniz reconheceu a pertinência da
207 demanda e comprometeu-se a verificá-la com a área técnica competente, esclarecendo que já existem
208 diversos painéis com dados relevantes para a Superintendência de Vigilância em Saúde, sendo
209 necessário alinhamento para atender os pontos levantados.

210 **ITEM 3 – 18ª Conferência Nacional de Saúde e 10ª Conferência Estadual de Saúde**

211 O Conselheiro Gilberto Antônio Scussito agradeceu a oportunidade de coordenar a 10ª Conferência
212 Estadual de Saúde e a construção coletiva realizada junto ao Conselho Estadual de Saúde, destacando
213 esse espaço como ambiente de democracia, controle social e discussão de políticas públicas. Pontuou
214 a relevância da participação na Conferência para a formulação de propostas e para a implementação do
215 Plano Anual de Saúde, ressaltando o engajamento dos conselheiros nesse processo. Fez menção
216 especial ao Conselheiro Fábio Gaudenzi de Faria, coordenador-adjunto e representante da gestão, pela
217 qualificada contribuição ao trabalho coletivo, bem como à adesão da Conselheira Helen Bunn Schmitt
218 às atividades da Comissão Organizadora, reiterando o convite à participação dos demais conselheiros e
219 conselheiras. Lembrou, ainda, que, após sua deflagração, a Conferência passa a integrar a pauta
220 frequente das reuniões ordinárias do Plenário. Por fim, reforçou a necessidade de mobilização de todos
221 os conselheiros e conselheiras para a etapa municipal, atualmente em execução, que ocorre de 16 de
222 março a 4 de julho de 2026, conforme calendário estabelecido pelo Conselho Nacional de Saúde.

223 **RELATO DAS COMISSÕES**

224 O Coordenador da Comissão de Vigilância em Saúde, Fábio Gaudenzi de Faria, apresentou ao Pleno
225 os principais pontos deliberados na reunião da referida Comissão, realizada em 5 de maio. No tocante à
226 atualização do processo de pactuação das ações municipais de Vigilância em Saúde, pontuou que a
227 Comissão deliberou por solicitar ao Conselho Estadual de Saúde o envio de ofício circular aos
228 Conselhos Municipais de Saúde, orientando-os a cumprir integralmente das etapas previstas no
229 processo de pactuação junto às respectivas gestões municipais. Em relação à proposta de realização
230 de oficina ou webinar sobre Segurança do Paciente na Atenção Primária à Saúde, relatou que a
231 Comissão debateu os formatos possíveis e submeteu a decisão ao Pleno, para que deliberasse entre a
232 modalidade presencial, que demanda maior disponibilidade de tempo e estrutura logística, e o formato
233 on-line, que viabiliza a realização ainda no mês de maio. Acrescentou que o cronograma será divulgado
234 por região de saúde ao Conselho Estadual de Saúde, solicitando que este repasse as informações aos
235 Conselhos Municipais de Saúde, a fim de assegurar a participação dos conselheiros. Quanto à
236 divulgação do cronograma das oficinas do PlanificaSUS com o tema Segurança do Paciente, informou
237 que a CISTT encaminhará ofício ao CES/SES-SC contendo as datas e demais informações pertinentes,
238 solicitando que estas sejam repassadas aos Conselhos Municipais de Saúde das respectivas regiões,
239 com vistas a garantir a participação dos conselheiros nas oficinas de formação. Sobre a campanha de
240 vacinação contra influenza, destacou que a cobertura vacinal se encontra em níveis muito baixos em
241 todo o estado e que, diante disso, a Comissão deliberou por solicitar ao CES/SES-SC o envio de ofício

242 circular aos Conselhos Municipais de Saúde, orientando-os a acompanhar e a cobrar das respectivas
243 gestões municipais a adoção das medidas necessárias à melhoria dos índices de cobertura vacinal em
244 cada município. Por fim, comunicou que a Comissão abordou a relevância da retomada das Câmaras
245 Técnicas pelas Comissões Intergestores Regionais (CIR) e deliberou por solicitar ao Conselho Estadual
246 de Saúde que encaminhe ofício circular aos Conselhos Municipais de Saúde, orientando-os a articular e
247 reativar as Câmaras Técnicas de Vigilância em Saúde em suas respectivas regiões. A Presidente do
248 Conselho Estadual de Saúde congratulou o Coordenador da Comissão Intersectorial de Vigilância em
249 Saúde, Fábio Gaudenzi de Faria, destacando como positiva e oportuna a iniciativa de convidar os
250 técnicos da Vigilância em Saúde para participar diretamente da reunião da Comissão, o que permitiu
251 que os esclarecimentos técnicos necessários fossem prestados no momento da discussão dos temas,
252 conferindo maior agilidade e qualidade aos trabalhos. Na sequência, colocou em votação as solicitações
253 da CISTT, as quais foram aprovadas por unanimidade. O Pleno deliberou, ainda, pela adoção do
254 formato híbrido para a realização da oficina sobre Segurança do Paciente na Atenção Primária à Saúde.
255 O Coordenador da Comissão de Saúde Bucal, Agostinho Luiz Schiochetti, informou que a reunião de 5
256 de maio teve como objetivo estruturar o funcionamento da Comissão. Comunicou que a Comissão já
257 conta com doze membros titulares e doze suplentes, mas que ainda faltam três representantes do
258 segmento de usuários para completar a composição e viabilizar a publicação da resolução de
259 constituição. Acrescentou que um convidado será chamado para apresentar o cenário da saúde bucal
260 no estado de Santa Catarina. Essa apresentação, prevista para a reunião de 9 de junho, norteará as
261 diretrizes e ações prioritárias dos membros da Comissão. O Coordenador da Comissão Permanente de
262 Acompanhamento Orçamentário, Vinícius André Boff, informou que o Relatório Anual de Gestão (RAG)
263 será objeto de análise detalhada nos pontos suscitados pelos conselheiros nesta reunião, com o intuito
264 de promover melhorias e assegurar maior transparência dos dados. Após a análise e o aprofundamento
265 da discussão, será apresentada uma devolutiva na próxima reunião ordinária do Conselho. O
266 Coordenador da Comissão Intersectorial de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora (CISTT), Vinícius
267 André Boff, relatou que a Comissão se reuniu no dia 31 de março e deliberou sobre os seguintes
268 pontos: recebimento de convite para participação no RENASTTÃO (Encontro Nacional da Rede
269 Nacional de Atenção Integral à Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora), ocasião em que foram
270 definidos como representantes da Comissão o próprio Coordenador Vinícius André Boff e o
271 Coordenador-Adjunto Sebastião Ferreira Nunes; relato da professora Camila Waterkemper, cujo
272 processo de Comunicação de Acidente em Serviço foi reconhecido como doença ocupacional por
273 assédio organizacional e riscos psicossociais, após intervenção do Ministério Público do Trabalho em
274 Santa Catarina; necessidade de criação e fortalecimento das CISTTs nos municípios catarinenses,
275 oportunidade em que a Comissão solicitou ao Pleno deliberação sobre o envio de ofício circular aos
276 Conselhos Municipais de Saúde, visando ao levantamento de interesse na instituição de Comissões
277 Intersectoriais de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora (CISTT) municipais; e a criação de um Grupo
278 de Trabalho, em parceria com a GESAT e o Conselho Estadual de Educação, voltado ao tema da
279 qualificação sobre saúde e segurança dos trabalhadores da educação, para o qual solicitou a
280 deliberação do Conselho Estadual de Saúde sobre o envio de ofício circular destinado às entidades
281 pertinentes, com vistas ao apoio institucional à referida iniciativa. O Conselheiro Sebastião Ferreira
282 Nunes destacou a importância de o Pleno apoiar a apresentação da professora Camila Waterkemper no

283 RENASTTÃO, a realizar-se de 9 a 11 de junho de 2026, em Brasília/DF. Na sequência, a professora
284 Camila Waterkemper, integrante da Comissão Intersectorial de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora,
285 relatou encontrar-se em processo de aposentadoria permanente por acidente de trabalho, após
286 caracterização do caso como doença ocupacional decorrente de assédio organizacional e de riscos
287 psicossociais do ambiente de trabalho. A partir dessa experiência, destacou a relevância do tema para o
288 campo da saúde do trabalhador e da trabalhadora, ressaltando a importância da construção de ações
289 de letramento em saúde. O Conselheiro Alexandre Cunha dos Santos registrou a importância de que a
290 legislação vigente seja efetivamente cumprida no que se refere à situação de saúde do trabalhador e da
291 trabalhadora, ressaltando que cabe ao Pleno apoiar e acompanhar as ações necessárias para que tal
292 cumprimento ocorra, de modo a garantir a proteção e a promoção da saúde nos ambientes de trabalho.
293 O Conselheiro Vânio Cardoso Lisboa pontuou a necessidade de atualização da tabela de riscos de
294 acidente de trabalho e destacou a importância da capacitação dos trabalhadores para a aplicação
295 correta das normas de segurança, ressaltando que tal capacitação é fundamental para garantir a
296 efetividade das ações e reduzir os agravos relacionados ao trabalho.

297 **INFORMES**

298 A Presidente informou a alteração da data da reunião ordinária de junho do Conselho Estadual de Saúde de
299 Santa Catarina, habitualmente realizada na primeira quarta-feira útil do mês, para o dia 11 de junho de 2026, em
300 razão do feriado. Nada mais havendo a tratar, a Presidente do CES/SES-SC, Maria Izabel Giroto, encerrou a
301 reunião a reunião, agradecendo a participação de todos os presentes. A presente ata foi lavrada pelo Secretário-
302 Executivo José Carlos da Cruz, do Conselho Estadual de Saúde de Santa Catarina (CES/SES-SC).

303 Florianópolis, 05 de maio de 2026